



## **EU ACEITO (A IDENTIDADE), EU RESPEITO (A DIFERENÇA): REFLEXÕES SOBRE CATEGORIAS IDENTITÁRIAS E O DEBATE SOBRE O ESSENCIALISMO - POSSÍVEIS PROBLEMÁTICAS NA PARADA DA DIVERSIDADE DE FLORIANÓPOLIS**

Glauco B. Ferreira<sup>1</sup>

Este trabalho<sup>2</sup> pretende refletir sobre alguns aspectos presentes no contexto da quarta edição da Parada da Diversidade de Florianópolis no ano de 2009, a partir de debates antropológicos em torno das categorias de “pessoa”, “sujeito” e “indivíduo”, em seu desdobramento nas discussões atuais sobre identidades enquanto processos de subjetivação. Estas categorias têm uma longa história de elaboração nas ciências humanas, sendo importantes instrumentos conceituais para pensarmos sobre os novos movimentos sociais e, no contexto de minha pesquisa, os movimentos sociais relacionados às pessoas inclusas na sigla LGBTTT<sup>3</sup>, e que, em função disto, muitas vezes participam de Paradas do Orgulho LGBTTT por diferentes motivos, sendo estas algumas das questões que visou articular neste trabalho.

Tendo iniciado no ano de 2009 a pesquisa de Mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC) acerca das relações entre o mercado GLS e o movimento LGBT no contexto da Parada da Diversidade de Florianópolis, surgiu a possibilidade e a necessidade de iniciar um pré-campo etnográfico na última edição do evento no segundo semestre de 2009. Nesta ocasião acumulei algumas impressões desta incursão em meio aos organizadores e voluntários envolvidos na organização do evento ao longo da Semana da Diversidade (entre dia primeiro e seis de setembro de 2009), parte das atividades relacionadas ao evento, e na observação na própria realização da Parada no dia seis de setembro, podendo assim conversar e conviver com algumas destas pessoas. Esta iniciativa, de realização de pré-campo, auxiliou para elencar algumas questões teóricas sobre as quais que desejo aprofundar a reflexão ao longo da pesquisa de campo, algumas das quais abordarei ao longo deste trabalho. Buscarei elencar algumas questões ainda que estas possam se modificar ao longo da pesquisa ganhando novos recortes e contornos. Não pretendo assim discorrer detalhadamente sobre o contexto etnográfico desta incursão a campo, mas sim articular algumas problematizações teóricas a partir de evidências encontradas na minha observação-participante nas atividades da Parada da Diversidade de 2009. Ao refletir sobre as dinâmicas da Parada da Diversidade, organizada pelos membros da AEGLBTS/SC (Associação de

---

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGAS/UFSC sob orientação da Dra. Sônia W. Maluf. Contato: glaucoart@gmail.com

<sup>2</sup> Parte das reflexões presentes neste ensaio tem sua origem nos debates teóricos inicialmente desenvolvidos no Seminário temático *Interrogando a Identidade*, realizado em conjunto com a mestranda Daniele Reach, na disciplina *Teorias do Sujeito*, ministrada pela professora Dra. Sônia Weidner Maluf no PPGAS/UFSC no segundo semestre de 2009.

<sup>3</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.



Empreendedores GLBTS de Santa Catarina), uma associação de empresários (um diferencial se compararmos com outros eventos deste tipo no país), e identificamos algumas questões referentes ao debate em torno do essencialismo e das questões identitárias. O debate em torno da constituição identitária de alguns indivíduos neste contexto, articulada ao Movimento LGBTTT<sup>4</sup> em suas manifestações massivas (como no caso das Paradas) e ao Mercado GLS<sup>5</sup>, evidenciam-se como terreno para uma possível reflexão. As afirmações também existentes neste contexto em torno do conceito de *diversidade*, agregado à nomeação do próprio evento (*Parada da Diversidade*), podem revelar tentativas de sutis homogeneizações, encobrindo certas diferenças algumas vezes irreconciliáveis existentes no universo LGBTTT, e também expressos no contexto do evento em Florianópolis.

*Articulando teorias a respeito das categorias de “pessoa”, “sujeito” e “identidade”*

A possibilidade de reflexões sobre categorias pessoa, sujeito e identidade, no contexto de minha pesquisa, só é possível graças às discussões clássicas no campo de estudos antropológicos acerca das categorias de pessoa e de sujeito como objetos de reflexão teórica e empírica. É possível também graças aos intercâmbios e fricções contemporâneos entre diferentes áreas de conhecimento tais como a Psicanálise, a Teoria Pós-Colonial, as Teorias *Queer* e Feminista, que incorporam teorias pós-estruturalistas e articulam discussões sobre Gênero e Sexualidade. Pretendo neste ponto refletir brevemente sobre algumas destas teorias de modo a delinear algumas problemáticas que somente foram identificadas por mim enquanto recortes no contexto de minha observação-participante na Parada em função destas mesmas teorias, que direcionam meu olhar para certos enfoques de interesse que se vinculam a pesquisa..

Marcio Goldman observa em seu artigo *Uma categoria do pensamento antropológico: A noção de pessoa* (1996) como, desde estudos clássicos de Marcel Mauss<sup>6</sup>, as preocupações em torno das categorias de *pessoa* e do *indivíduo*, e contemporaneamente os dilemas em torno da “identidade,” sempre interessaram ao Ocidente e ao campo de estudos antropológicos, mesmo que a questão tenha sido “relegada a um status marginal” depois de estudos pioneiros tais como os de Lévy-Bruhl<sup>7</sup> (1951) e Leenhardt<sup>8</sup> (1977) e do próprio Mauss (GOLDMAN<sup>9</sup>:1996: 84). Em outro contexto, de resgate

<sup>4</sup> Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

<sup>5</sup> Empreendimentos comerciais variados que visam como público alvo Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

<sup>6</sup> MAUSS, M. Uma Categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a noção do “eu”. In: Cardoso de Oliveira, R. MAUSS. São Paulo: Ática, 1979. P. 53-59.

<sup>7</sup> LÉVY-BRÜHL, Lucien. “La mentalidad primitiva”, Buenos Aires, Ediciones, 1957.

<sup>8</sup> LENNHARDT, M. Do Kamo. La personne et Le mythe dans Le monde mélanésien. Paris, Gallimard, 1971.

<sup>9</sup> GOLDMAN, Marcio (1999). “Uma Categoria do Pensamento Antropológico: a noção de pessoa” In Goldman, Marcio (Org.) *Alguns Antropologia*. Rio: Relume Dumará.



destas questões teóricas e metodológicas na antropologia brasileira, Luiz Fernando Duarte<sup>10</sup> observa em seu artigo *O Culto Eu no templo da Razão* (1985), as transições na constituição do que ele chama de valor universal da sociedade ocidental, a noção de *indivíduo*. Na tradição de estudos influenciados pelas pesquisas realizadas por Louis Dumont<sup>11</sup> acerca do individualismo moderno (1985), Duarte afirma que o valor fundamental das sociedades ocidentais estaria contido na idéia de *Indivíduo* (como um valor cultural localizado) e nota que o processo de difusão deste valor se processou de maneira não homogênea no espaço social. Ainda que recentes estudos antropológicos tenham “resgatado” as discussões em torno das categorias de indivíduo, pessoa e sujeito, alguma lacunas foram deixadas nos debates sociológicos ao priorizar-se o principalmente o estudo sobre questões relacionadas às coletividades e as questões concernentes às representações sociais tomadas como um todo social, na esteira da tradição Durkheimiana nas Ciências Sociais.

Outros tipos de reflexões sobre estas problemáticas somente foram retomadas com força num diálogo teórico contemporâneo estabelecido entre diversas áreas de conhecimento, aprofundando pesquisas sobre o individualismo em suas diferentes configurações subjetivas e sociais em distintos contextos. Ao mesmo tempo a existência de novos movimentos sociais (tais como o Movimento de Negros e Negras, o Movimento Feminista e o Movimento LGBTQTT) e o processo de descolonização de diversos países antes ocupados por potências econômicas imperialistas, influenciaram novos estudos realizados em diversos centros acadêmicos. É neste ambiente que surgem os Estudos Pós-Coloniais, os Estudos Queer e os Estudos de Gênero e Sexualidade, refletindo não somente sobre as questões referentes à pessoa, indivíduo e sujeito, mas também sobre a contemporânea problemática das questões identitárias, com a elaboração de tipos diferentes de respostas à problemática, reatualizando estas categorias a partir de novas reflexões. Autores como Foucault<sup>12</sup> (1995) e Judith Butler (1998) intensifiquem este intercâmbio reflexivo e aprofundem as compreensões em torno da constituição daquilo que contemporaneamente concebemos enquanto *Sujeito*. Vão apontar justamente como a constituição deste *Sujeito* não se daria de forma uniforme e auto-centrada, se supomos um esquema linear evolutivo para o surgimento destas noções na vida social. Algumas de suas elaborações sugerem que este *Sujeito*, surgido a partir da Modernidade, nunca se constituiu como *ser uno*, mas sim permeado por suas relações e negociado no contexto social permanentemente, sendo assim altamente contingente em sua condição conjuntural específica. Um sujeito que é negociado no social, nas esferas de sua vivência enquanto pessoa. Sobre algumas destas suposições Michael

<sup>10</sup> DUARTE, Luis Fernando Dias. O Culto do Eu no Templo da Razão. In: Três ensaios sobre pessoa e modernidade. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro, Antropologia, n.41, ago. 1993.

<sup>11</sup> DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. Michel Foucault : uma trajetória filosófica : para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.



Agier<sup>13</sup> e Stuart Hall também refletem em determinadas elaborações. Em seu artigo *Distúrbios identitários em tempos de globalização* (2001) Agier analisa o estado das questões identitárias na antropologia atualmente, num contexto de surgimento do que o autor chama as *novas culturas identitárias* relacionadas aos novos movimentos sociais da segunda metade do século XX. O autor observa que na antropologia, depois de um período de grande utilização da categoria de identidade, nas discussões próprias da disciplina, processou-se uma espécie de distanciamento conceitual que possibilitou uma crítica da idéia de *identidade substancial essencializada*, relacionada especialmente às demandas de determinadas grupos sociais estudados por antropólogos. De certo modo tenta refletir sobre a maneira contingente pela qual a “identidade” foi construída tanto nas discussões antropológicas, quando em sua elaboração entre grupos sociais específicos. Da mesma forma, em seu artigo *Quem precisa de Identidade* (2000) Stuart Hall também realiza uma crítica “desconstrutivista” das afirmações sobre o conceito de identidade afirmando existir hoje um debate crítico em torno dessa noção, quando tomada como algo integral e unificado, realizando-se assim o que poderíamos chamar de uma “desessencialização” das concepções étnicas, raciais, nacionais e sexuais. Stuart Hall comenta como a noção de identidade necessita ser repensada para que possa ser concebida como um impulsionador de novas questões pertinentes ao campo de teorias e práticas sociais.<sup>14</sup>

Ao trazer para o debate da identidade uma abordagem contextual, que implica na não aceitação de uma definição de identidade encerrada em si mesma, Stuart Hall menciona que os processos identitários nunca existem fora de contexto. Isto implica em evocar uma visão mais relativista na maneira como encaramos as identidades, consideradas como processos localizados, datados e conjunturais, que simplesmente desapareceriam se tomados como produtos já dados.<sup>15</sup> Judith Butler também aprofunda algumas implicações em torno das relações identitárias e do sujeito através da problematização presentes no artigo *Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”* (1998). No contexto das discussões pós-moderna e pós-estruturalista, a autora evidencia o descentramento das pré-condições que baseiam o sujeito moderno e a noção de identidade, argumentando ser necessário exatamente descentrar algumas destas clássicas categorias

---

<sup>13</sup> AGIER, Michel. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. MANA . Estudos de Antropologia Social, Oct. 2001, vol.7, nº. 2, 7-33.

<sup>14</sup> “A identidade é um desses conceitos que opera sob rasura, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma idéia que **não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões não podem sequer ser pensadas.** [...] O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional”. HALL, STUART. Quem precisa de identidade? In: Tadeu da Silva, Tomaz (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 104-108.

<sup>15</sup> Algo também apontado em outro de seus artigos, como é o caso do artigo *Que negro é esse na Cultura Negra?* (2003). Fica explícita então a maneira como o autor elabora uma concepção relacional da identidade, não existindo uma definição autônoma da mesma e só existindo em contexto e em negociação nas inter-relações sociais e culturais, isto é, uma concepção aberta e inacabada de identidade, que está sempre por construir-se, num constante devir, em oposição a uma noção auto-centrada e acabada de identidade e sujeito. O autor indica que o ponto de partida de identidades individuais ou coletivas é o fato de que somos sempre o outro de alguém, ou seja, é necessário pensar-se a si próprio a partir de um olhar externo.



(o universalismo, os fundamentos das teorias sociais, a individualidade, a identidade e o sujeito, sexo e corpo) caras à teoria social e política para justamente politizar os debates em torno das mesmas, evidenciando seus processos de construção e sugerindo que os próprios fundamentos destas teorias e destas categorias são contingentes.<sup>16</sup>

A autora aprofunda, de maneira incisiva, a crítica a respeito da política identitária atual (principalmente em torno do feminismo) e problematiza, neste contexto, a tendência para a ontologização do corpo e do sexo, do sujeito universal e, poderíamos dizer, da sexualidade. Para Butler o “eu” é constituído por posições, matrizes de poder e discurso que o produzem enquanto sujeito viável.<sup>17</sup> Para a autora o sujeito e sua identidade se constituíam também onde existe oposição e diferença e não somente por identificações ocasionais; o sujeito se constitui a partir de posicionalidades. Consciente deste debate Hall também menciona que as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica num reconhecimento perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com aquilo que lhe falta, que é possível constituir identidades; algo que tem sido chamado *exterior constitutivo*. As identidades podem funcionar como pontos de identificação e apegos apenas devido a sua capacidade de excluir, de transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Assim o sujeito seria construído mediante atos de diferenciação que o distinguem do outro, seu *exterior constitutivo*. O que se evidencia, nas asserções de Hall e Butler, é a sugestão de que suposta a “unidade” (nas concepções auto-centradas) de identidades, na verdade, são construídas no interior do jogo do poder e da exclusão e não resultado de uma totalidade primordial. Outro aspecto que surge como reflexão no horizonte seria que, mesmo como um processo permanente de recriação e construção identitária que se realiza continuamente e de forma aberta, há sempre uma possibilidade de fechamento e fixação destas categorias, uma reificação destas configurações identitárias temporárias. Assim o cuidado no ofício de investigação teórica e empírica deve estar comprometido em questionar permanentemente as próprias categorias utilizadas para realizar análises e pesquisas em campo, a fim de não “fechar” ou “fixar” suas implicações políticas e conceituais. Judith Butler aponta neste sentido ao questionar todo o processo

---

<sup>16</sup> “Recusar-se a pressupor, isto é, a exigir a noção do sujeito desde o início, não é o mesmo que negar ou dispensar essa noção totalmente; ao contrário, é perguntar por seu processo de construção e pelo significado político e pelas conseqüências de tomar o sujeito como um requisito ou pressuposição da teoria. (...) Todavia, esses “fundamentos”, isto é, as premissas que funcionam como base autorizante [das teorias], não são eles mesmos constituídos mediante exclusões que, se levadas em conta, expõem a premissa fundamental como uma suposição contingente e contestável? (...) Como poderemos fundamentar uma teoria ou política numa situação de discurso ou posição de sujeito que é “universal” quando a própria categoria do universal apenas começa a ser desmascarada por seu viés altamente etnocêntrico?” BUTLER, Judith. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo”. Cadernos Pagu, n. 11, 1998, p. 11-42.

<sup>17</sup> “Com efeito, esse “eu” não seria um “eu” pensante e falante se não fosse pelas próprias posições a que me oponho, pois elas, as que sustentam que o sujeito deve ser dado de antemão, que o discurso é um instrumento ou reflexão desse sujeito, já fazem parte do que me constitui. (...) Nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida; (...) A crítica do sujeito não é uma negação ou repúdio do sujeito, mas um modo de interrogar sua construção como premissa fundamentalista ou dada de antemão.” Ibidem, p 18-19.



de identificação existente no movimento feminista, identificando na categoria “mulher” e na categoria acabada e auto-centrada de “sujeito”, as categorias que devem ser questionadas e desestabilizadas para permitir toda a potência de sua politização enquanto conceito e mote de ação.<sup>18</sup>Opera-se assim uma crítica dos próprios fundamentos não só da noção de identidade como das próprias teorias sociais a seu respeito declarando seu caráter profundamente contingente, para evitar um tipo de fundamentalismo teórico (essencialista) ou um universalismo estéril. Abrem-se também os sentidos e articulações em torno do conceito de identidade, pensadas assim como processos abertos de subjetivação, dispositivos onde experiências são vivenciadas, configurando sujeitos contingentes em constante transformação.

### *Debates em torno do essencialismo*

A crítica aos conceitos de identidade e sujeito leva-nos a pensar sobre os pecados e percalços do essencialismo. Frente à necessidade de não fixar as categorias identitárias, mas, ao mesmo tempo, tendo em conta que elas são necessárias, em algumas situações conjunturais, para certos tipos de movimentos e afirmações políticas e teóricas e para pensarmos certas questões no âmbito da teoria social, encontramos-nos em meio à uma problemática paradoxal ainda não plenamente resolvida, se é que necessita realmente ser resolvida. Retornando a algumas das elaborações de Stuart Hall em *Que negro é esse na Cultura Negra?* (2003) podemos notar como o autor constrói toda a sua argumentação de modo a problematizar como as recriações identitárias do movimento negro onde, segundo Hall, se localiza de maneira um tanto essencialista “o negro” no próprio movimento negro, de modo a legitimar movimentos unitários de reconhecimento e aceitação destas categorias identitárias, de modo a impulsionar mobilizações que pudessem modificar a vida da população negra em geral. Ao mesmo tempo Hall se pergunta se este movimento de “essencialismo estratégico”<sup>19</sup>, como modo de impulsionar algumas conquistas coletivas e frente a algumas situações conjunturais de

---

<sup>18</sup>“Querem as mulheres tornar-se sujeitos com base no modelo que exige e produz uma região anterior de degradação, ou deve o feminismo tornar-se um processo que é auto-crítico sobre os processos que produzem e desestabilizam categorias de identidade? Tomar a construção do sujeito como uma problemática política não é a mesma coisa que acabar com o sujeito; desconstruir o sujeito não é negar ou jogar fora o conceito; ao contrário, a desconstrução implica somente que suspendemos todos os compromissos com aquilo a que o termo “o sujeito” se refere, e que examinamos as funções lingüísticas a que ele serve na consolidação e ocultamento da autoridade. Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas. Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir.” Ibidem, p.24-25.

<sup>19</sup> Interessante aqui ressaltar que a definição teórica sobre o “essencialismo estratégico” foi cunhada e aprofundada por Gayatri Spivak<sup>19</sup> em seu famoso artigo *Pode o subalterno falar?* (2003) onde a autora evidencia justamente a necessidade deste posicionamento conjuntural por parte de novos movimentos sociais, permitindo um tipo de essencialismo identitário momentâneo e solidário, como meio a partir do qual algumas conquistas poderiam ser alcançadas. É a partir destas elaborações de Spivak que Hall elabora sua crítica sugerindo que atualmente esta solidariedade temporária para a ação direta não seria mais imediatamente necessária. SPIVAK, Gayatri. Puede hablar lo subalterno? Revista Colombiana de Antropología, volumen 39, dezembro- janeiro, 2003.



luta social, seria ainda necessário atualmente. Ainda que reconheça o papel fundamental que tenha cumprido o essencialismo nas questões identitárias, Hall constrói seu argumento em torno desta crítica questionando a validade atual deste essencialismo.<sup>20</sup> Ao aprofundar a atualidade deste modo de atuação no movimento o autor começa a apontar a falta de coerência em manter-se nestes marcos dentro o debate sobre as identidades, apontando o que poderíamos definir como certos limites atuais do essencialismo estratégico:

Um movimento para além desse essencialismo não se constitui em estratégia crítica ou estética sem uma política cultural, sem uma marcação da diferença. (...) O que esse movimento burla é a essencialização da diferença dentro de duas oposições mútuas ou/ou. O que ele faz é deslocarmos para um novo tipo de posição cultural, uma lógica diferente da diferença (...) [por exemplo,] os negros da diáspora britânica devem, neste momento histórico, recusar o binário negro ou britânico (...) [pois] o propósito da luta deve ser, ao contrário, substituir o 'ou' pela potencialidade e pela possibilidade de um 'e', o que significa a lógica do acoplamento, em lugar da lógica da oposição binária. Você pode ser negro e britânico, negra e britânica não somente porque esta é uma posição necessária nos anos 90, mas porque mesmo esse dois termos, unidos agora pela conjunção 'e', contrariamente à oposição de um ao outro, não esgotam todas as nossas identidades. Somente algumas delas estão, às vezes, envolvidas nessa luta específica.<sup>21</sup>

Assim, tanto nas discussões teóricas no campo acadêmico, como nos debates políticos presentes nos movimentos sociais identitários (no caso de minha pesquisa, o movimento LGBTTT brasileiro e as Paradas Gays) um dilema se apresenta: recusar a fixação das diferenças identitárias - optando por um movimento de fluidez destas categorias como modo de resignificá-las e politizá-las de maneiras distintas - e ao mesmo tempo necessitar de categorizações identitárias como modo de impulsionar modificações no espaço e na esfera social. Ultrapassar esta dinâmica um tanto binária é o que propõem Stuart Hall ao questionar-se se ainda se seria necessário o tipo de essencialismo estratégico que postula Gayatri Spivak, justamente por que hoje a questão já não seria definir se se é gay ou negro, ou mulher ou lésbica, mas sim assumir toda a potencialidade identitária da diferença, adotando um "e" como solução para este (falso) dilema, a partir da compreensão de que não são duas opções exclusivas (ou/ou) e assim ser mulher e lésbica, ser gay e negro, por exemplo. Lutar por questões pontuais em torno do reconhecimento político e jurídico tais como a união civil, o direito à adoção por casais do mesmo sexo ou por pessoas homossexuais, por leis anti-homofóbicas, pela modificação do nome civil ou pelo direito ao processo cirúrgico de transgenitalização não excluem ou entram em oposição com as problematizações em torno da essencialização ou fixação das identidades, em nome de maior fluidez de suas configurações, apontadas pela teoria de cunho pós-estruturalista, isto é, não impediriam a ação política reivindicatória conjunta e coletiva entre identidades configuradas na diferença. Ainda que possamos supor que não é compulsória uma exclusão binária entre uma ou outra posição, na discussão de suas implicações no contexto das

<sup>20</sup> "Onde estaríamos, conforme Bel Hooks comentou certa vez, sem um toque de essencialismo ou sem o que Gayatri Spivak chama de essencialismo estratégico, um momento necessário? A questão é se ainda estamos nesse momento, se esse constitui ainda uma base suficiente para as estratégias das novas intervenções." HALL, Stuart. "Que 'negro' é esse na cultura negra?" in: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003, p. 326.

<sup>21</sup> *Ibidem* p.326



relações estabelecidas por estes movimentos sociais, alguns conflitos podem surgir na discussão de que tipos de pautas, demandas ou então reivindicações são mais importantes e principais para os sujeitos que o movimento procura aglutinar e identificar. Mas que sujeitos do movimento LGBTTTT seriam estes? E ainda como se articulariam as diferenças entre as diferentes configurações identitárias presentes neste movimento (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros)?

### *Caminhando em meio à diferença*

As questões levantadas acima poderiam ficar mais evidentes se perguntássemos: como se processam as discussões sobre quem são estes sujeitos representados no movimento LGBTTTT e como eles se constituem enquanto tal em meio as suas diferenças? As discussões em torno do essencialismo e das configurações identitárias estão presentes no âmbito do campo de estudos acadêmicos, e que perpassam inevitavelmente as dinâmicas destes movimentos, se constituindo como focos centrais de algumas de suas próprias discussões internas atuais. O que está em jogo nestes debates é quem são os sujeitos do movimento LGBTTTT, e neste contexto, como lidar com aquilo que é comum e com aquilo que é diferente: Todos são homossexuais, mas dentro desta categorização “guarda-chuva” existe as inegáveis diferenças que constituem sujeitos distintos: gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Um exemplo mais emblemático poderia ser notado no caso na diferenciação existente entre travestis e transexuais, *drag-queens* e tranformistas que vêm se intensificando nos debates internos ao Movimento, e que eram anteriormente desprezadas nos debates entre os militantes gays, por exemplo. O aspecto central da questão seria justamente a percepção de diferenças na *diferença* (HENNING<sup>22</sup>, 2008): Não seria possível pensar sobre essa identificação mais abrangente de “homossexuais” sem considerar as diferenças que permeiam o movimento identitário homossexual.

Ao longo de sua história e de sua configuração brasileira, estas modificações ficaram cada vez mais evidentes quando consideramos sua denominação inicial (Movimento Homossexual Brasileiro) e a forma que toma hoje na “sopa de letrinhas” apontada por Regina Facchini<sup>23</sup> (2002) quando analisa o Movimento GLBT (hoje já “modificado” para LGBTTTT), e que expressa os aprofundamentos do debate em relação às configurações identitárias no interior do próprio movimento, colocando em xeque a “unidade” que alguns gostariam de imputar a estas manifestações sociais. Estas questões se fazem presentes também nas “Paradas do Orgulho” que ocorrem em várias

<sup>22</sup> HENNING, Carlos Eduardo. As diferenças na diferença: Hierarquia e Interseções de Geração, Gênero, Classe, Raça e Corporalidade em Bares e Boates GLS de Florianópolis, Sc. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2008.

<sup>23</sup> FACCHINI, Regina. “Sopa de Letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Tese de mestrado, Campinas, Universidade de Campinas, IFCH, 2002. (mimeo).





regiões do país, como manifestações públicas relacionadas às especificidades da população homossexual. Neste contexto os objetivos das Paradas e do movimento LGBTTTT são postos em questão como campos de disputas onde se negociam as demandas, identidades e o tipo de sujeitos que eles buscam englobar. Recorrendo a uma citação de Sônia Maluf sobre o Movimento Feminista, poderíamos tentar pensar sobre estas problemáticas, substituindo em seu texto o termo “movimento feminista” pelo termo “movimento LGBTTTT”:

Questões que têm perpassado outros momentos do feminismo [e do movimento LGBTTTT] tanto militante quanto acadêmico: o lugar político/teórico do sujeito no campo feminista [e LGBTTTT] – e sobretudo, mais recentemente o lugar da teorização e da conceitualização discursiva no interior do movimento sobre quem são seus próprios sujeitos e quais são os lugares políticos qualificados e qualificadores do discurso feminista [e homossexual]; e os modos como esses sujeitos e subjetividades vêm sendo constituídos no interior do movimento, ou seja, os regimes políticos de subjetivação no interior do movimento.(...) Quais são os efeitos políticos dessas diferentes afirmações identitárias?<sup>24</sup>

### *A Exposição Fotográfica da Parada da Diversidade 2009*

Voltando-nos agora para refletir brevemente sobre um evento particular na Semana da Diversidade, a Exposição Fotográfica que fazia parte das atividades, cabe contextualizar um pouco minha incursão à campo.<sup>25</sup> Aqui discorrerei brevemente sobre uma atividade no contexto da Quarta Parada da Diversidade de 2009 sobre o qual gostaria refletir: a mostra de fotografias com o tema “Eu aceito, eu respeito” - não coincidentemente o tema daquela edição da Parada - do fotógrafo Rodrigo Bragaglia<sup>26</sup>. Toda a temática envolvendo aquela edição estava voltada para o tema “Eu aceito, eu respeito”, baseando suas implicações e discussões em torno da aceitação, por parte de suas famílias, de indivíduos assumidamente homossexuais. Esta preocupação em torno da problemática da aceitação familiar do homossexual por sua família estava trabalhada nos textos de divulgação, na abertura do evento e nos debates realizados. A discussão também procurou permear a produção visual do fotógrafo Rodrigo Bragaglia, que expunha no Shopping Center Beira-Mar Norte suas fotografias, retratando diversas pessoas assumidamente homossexuais. A mostra ficou em exposição durante toda a Semana da Diversidade (01 a 06 de setembro de 2009). Semanas antes da Parada, em conversa informal com um dos organizadores do evento, membro da AEGLBTS/SC em 2009, pude

<sup>24</sup> MALUF, S. W. Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo. In: Cristiani Bereta da Silva; Gláucia de Oliveira Assis; Rosana C. Kamita. (Org.). Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p.32.

<sup>25</sup> Nesta incursão visava obter mais informações e contatos com agentes envolvidos na realização do evento. Muitas situações e fatos específicos interessantes ocorreram, contribuindo muito em minha preparação para a pesquisa de campo que realizarei em 2010, na próxima edição do evento. Será necessário assim também realizar reflexão mais aprofundada sobre algumas ênfases encontradas neste contexto, reflexão que realizarei em outro contexto.

<sup>26</sup> As imagens fotográficas presentes na exposição estão disponíveis no site pessoal do fotógrafo: <http://www.rodrigobragaglia.com/> e <http://www.flickr.com/photos/rodrigobragaglia/sets/72157622073556423/>, acessados em 20 de junho de 2010. Site da Parada da Diversidade de Florianópolis 2009: <http://diversidadefloripa.org.br/>



ter acesso prévio ao material fotográfico e o mesmo me explicitou como Rodrigo Bragaglia procurara, de acordo com pedidos dos organizadores da Parada, retratar todos os segmentos que compunham o setor LGBTTT, isto é, que retratasse as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. Os membros da AEGLBTS/SC procuravam assim, segundo meu interlocutor, dar conta de toda a diversidade que a Parada busca aglutinar. Ainda que a iniciativa buscasse aglutinar a “diversidade” da população homossexual ao retratar todos os segmentos diferenciados, existia uma ênfase dada pelos organizadores na aceitação e na definição mais fixada das diferenças entre estes segmentos, definido claramente (de modo visual) indivíduos presentes neste contexto: “o gay”, “a lésbica”, “a travesti”, “a drag-queen”, “o bissexual”. Em todas as fotografias estão presentes este indivíduos e seus familiares em situações de afeto, o que talvez denotasse o tipo de aceitação que a temática da quarta edição do evento buscava ressaltar.

Pergunto-me se nesta tentativa de definir cada segmento vinculado a sigla LGBTTT, através do meio visual fotográfico, não poderia se expressar um pouco das tendências essencializantes presentes no contexto da Parada de Florianópolis para fixação de certas configurações identitárias, reforçando a igualdade na diferenças. O que os empresários organizadores estariam frisando não seria talvez um tipo de “igualdades na diferença”? Suas iniciativas podem sugerir talvez um olhar homogeneizante, que apaga as diferenças dentro de cada categoria, frisando as supostas “homogeneidades” de cada categoria: “o homossexual”, “a travesti”, “a lésbica”, etc. O fato de que a principal figura pública vinculada ao evento é a travesti Selma Light, que anteriormente era reconhecida e se apresentava como *drag-queen*, pode-se revelar que estas pressões e debates - no interior do evento e sobre os sujeitos que ali se constituem -, por mais difusos que estes debates possam se demonstrar numa análise inicial do evento, estão presentes como um espaço de disputas naquele contexto e podem se revelar mais fluídos do poderíamos imaginar à princípio.<sup>27</sup> Como dito no início, eu não pretendo neste trabalho aprofundar a análise de dados etnográficos iniciais, deixando de abordar, neste momento, suas implicações para a compreensão da Parada da Diversidade. Não buscava responder às muitas perguntas que elenquei como eixos para a reflexão neste ensaio. Acredito que durante a pesquisa de campo estas questões serão aprofundadas com tempo e reflexão necessários. Procuo apontar alguns destes problemas com o fim de melhor

---

<sup>27</sup> Um trecho de um artigo escrito por Miguel Vale de Almeida (ativista LGBTTT, político e antropólogo português sobre o movimento LGBTTT português) pode ilustrar estes paradoxos presentes em alguns dos debates aqui apontados, assinalando minhas reflexões ainda em aberto: “O que uma etnografia da política sexual nos parece demonstrar é que as pessoas e os grupos e os movimentos são capazes de viver com uma dose útil de essencialismo estratégico, com uma necessidade identitária e categorial que cria auto-estima e espírito de grupo, bem como com uma dose útil de pensamento de crítica cultural radical que ajude a relativizar o peso do carácter historicamente construído das categorias em que nos encaixamos como pessoas. Somos, *mas* não somos. *Somos* em acção e movimento. *Mas não somos* - em essência transhistórica e transcultural”. VALE DE ALMEIDA, Miguel. Ser *mas* não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico. *Working Paper CRIA* 1, Lisboa. 2009, p.09.



identificá-los para o trabalho que realizarei ao longo da investigação, delineando os enfoques teóricos e dos recortes metodológicos que guiaram o trabalho de campo em 2010.